

ATA NÚMERO 252/XII/3.^a SL

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, no âmbito do balanço da sua atividade.
2. Apreciação e votação das atas n.º 250 e 251, referentes às reuniões de 4 e 5 de fevereiro, respetivamente.
3. Distribuição do Projeto de Lei n.º 503/XII/3.^a (BE) - Reduz o horário de trabalho para maior criação de emprego e repõe o horário de trabalho da função pública.
Autor(a) do Parecer: cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
[Comissão Competente: Comissão de Segurança Social e Trabalho].
4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 505/XII/3.^a (PS) - Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.
Autor(a) do Parecer: cabe ao Grupo Parlamentar do BE.
5. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 498/XII/3.^a (BE), 500/XII/3.^a (PCP) e 502/XII/3.^a (PSD/CDS-PP), que procedem à 1.^a alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.
6. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP que solicita a audição da Ministra de Estado e das Finanças no sentido de serem apuradas as circunstâncias e as responsabilidades políticas em torno da preparação e do cancelamento da venda das obras de Miró provenientes de coleção do BPN.
7. Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.
8. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

9. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2009/831/CE no que se refere ao seu período de aplicação [COM(2013)930].
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
10. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas à Comissão de Trabalhadores das Assembleias Distritais e ao Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos e da audição à Associação Sindical dos Conservadores dos Registos, no âmbito da tramitação da Petição n.º 310/XII/3.ª.
11. Outros assuntos.

1. Audição da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, no âmbito do balanço da sua atividade.

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública e demais membros da CReSAP presentes, bem como às Senhoras e Senhores Deputados, enquadrando a reunião no âmbito da apreciação, pela Comissão, da atividade desenvolvida pela CReSAP, nos termos das suas competências que lhe estão cometidas em matéria de Administração Pública. Neste âmbito, o Senhor Presidente recordou as audições efetuadas em abril de 2012, aos então indigitados Presidente e Vogais da CReSAP, termos em que se acordara a realização de audições regulares para acompanhamento das atividades desta instituição.

Usou de seguida da palavra o Presidente da CReSAP, que efetuou uma intervenção inicial, apresentando os Vogais presentes, após o que deu conta do balanço da atividade da CReSAP desde a sua constituição.

O Senhor Presidente agradeceu a alocação inicial do Presidente da CReSAP, após o que abriu o debate, no qual usaram da palavra, em sede de primeira ronda, os Senhores Deputados Isabel Santos (PS), Maria das Mercês Borges e Jorge Paulo Oliveira (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Jorge Machado e João Ramos (PCP), tendo o Presidente da CReSAP intervindo para responder, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Duarte Pacheco (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Maria das Mercês Borges (PSD), tendo o Presidente da CReSAP respondido ao conjunto de intervenções.

O Senhor Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Presidente da CReSAP, dando conta da disponibilidade da COFAP para acolher informação adicional ou outras questões que

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

aquela Comissão deseje remeter, considerando poder agendar-se nova audição para a Sessão Legislativa seguinte, após o que deu por concluídos os trabalhos.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.º 250 e 251, referentes às reuniões de 4 e 5 de fevereiro, respetivamente.

As [atas n.º 250 e 251](#), referentes às reuniões de 4 e 5 de fevereiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

**3. Distribuição do Projeto de Lei n.º 503/XII/3.ª (BE) – Reduz o horário de trabalho para maior criação de emprego e repõe o horário de trabalho da função pública.
Autor(a) do Parecer: cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
[Comissão Competente: Comissão de Segurança Social e Trabalho].**

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) como autora do parecer da COFAP ao [Projeto de Lei n.º 503/XII/3.ª \(BE\)](#).

**4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 505/XII/3.ª (PS) – Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.
Autor(a) do Parecer: cabe ao Grupo Parlamentar do BE.**

Foi analisada a possibilidade de a presente iniciativa ser apreciada conjuntamente com as restantes iniciativas em matéria de crédito à habitação, não tendo havido oposição mas sendo considerado que a iniciativa deveria percorrer a tramitação habitual. Nestes termos, o Grupo Parlamentar do BE indicou o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) como autor do parecer da COFAP ao [Projeto de Lei n.º 505/XII/3.ª \(PS\)](#).

5. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 498/XII/3.ª (BE), 500/XII/3.ª (PCP) e 502/XII/3.ª (PSD/CDS-PP), que procedem à 1ª alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente recordou que, em 2012, a apreciação do pacote de iniciativas em matéria de contratos de crédito à habitação decorreu em sede de [Grupo de Trabalho](#) constituído para o efeito, tendo havido consenso em proceder de igual modo para as presentes iniciativas, sendo designado coordenador o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).

Foi consensualizado manter a apreciação, autonomamente, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª (BE), tendo em consideração a especificidade da matéria, o prazo em curso para a nova apreciação, na generalidade, e as audições já agendadas para a reunião da Comissão de 19 de fevereiro.

Sobre a metodologia de apreciação das iniciativas de revisão do regime extraordinário de contratos de crédito à habitação, o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) propôs realizar audições ao Banco de Portugal, Associação Portuguesa de Bancos, DECO, Direção-Geral do Consumidor e SEFIN, o que mereceu a anuência dos restantes Grupos Parlamentares.

Tendo em consideração os trabalhos em curso no [Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias](#), com audições às mesmas entidades, foi acordado realizar audições, no mesmo momento, sobre os dois temas, com grelhas autónomas, evitando deste modo convocar duas vezes a mesma instituição.

6. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP que solicita a audição da Ministra de Estado e das Finanças no sentido de serem apuradas as circunstâncias e as responsabilidades políticas em torno da preparação e do cancelamento da venda das obras de Miró provenientes de coleção do BPN.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o Requerimento em apreço, dando conta da sua fundamentação.

Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que considerou tratar-se de uma questão relevante merecedora de acompanhamento, e recordando terem sido aprovadas, na véspera e em reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, as audições do Senhor Secretário de Estado da Cultura e da PARVALOREM, considerando que se deveria aguardar pela concretização desta audição, para a qual a COFAP poderia demonstrar interesse em participar, e posteriormente, se necessário, passar à tutela da PARVALOREM. Acrescentou, ainda, que a tutela desta empresa reside na Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Usou, também, da palavra o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que deu conta que fora o PS a requerer as audições na 8.^a Comissão, tendo os Grupos Parlamentares de PSD/CDS-PP naquela Comissão proposto que fosse efetuado um convite à COFAP para se associar.

Os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS) e Pedro Filipe Soares (BE) intervieram para subscrever o Requerimento.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), enquanto proponente, não obistou à realização da audição do Senhor Secretário de Estado da Cultura, mas que tal não seria compatível com a audição, em momento posterior, da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, enquanto decisora política.

Nestes termos, foi consensualizada a participação da COFAP nas duas audições aprovadas na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, sendo o requerimento do PCP reagendado posteriormente, para deliberação sobre o mesmo.

7. Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.

O Senhor Presidente recordou o historial decorrido desde a apreciação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, em junho de 2012, e a suspensão da sua votação no âmbito do pedido de informação ao Governo, reiterado, e cuja resposta havia sido obtida, na semana anterior.

Efetuada um debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), Jacinto Serrão (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Hugo Velosa (PSD), foi consensualizado definir um prazo de 15 dias para análise da informação, reagendar o presente ponto da Ordem do Dia para deliberação sobre eventuais audições a realizar, nos termos constantes do Requerimento do PS, e informar desde logo o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento que, na audição já agendada para 28 de fevereiro, a questão em apreço constaria da Ordem do Dia.

8. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugeriu a auditoria ao Ministério das Finanças e organismos por si tutelados, em matéria de benefícios fiscais, tendo em consideração as questões suscitadas sobre esta matéria no âmbito da Conta Geral do Estado de 2012.

A apreciação e deliberação sobre esta matéria foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordado a prática parlamentar sobre esta matéria e o Senhor Presidente solicitado que eventuais propostas de auditorias fossem apresentadas por escrito à Mesa.

9. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2009/831/CE no que se refere ao seu período de aplicação [COM(2013)930].

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório à [Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2009/831/CE](#). Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que recordou problemas semelhantes de pequenos produtores que, estando localizados no território continental de Portugal, não beneficiam, por opção das instituições europeias, do regime especial em análise. De seguida, os restantes Grupos Parlamentares saudaram a relatora, após o que, não se registando intervenções adicionais, foi o relatório submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

10. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas à Comissão de Trabalhadores das Assembleias Distritais e ao Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos e da audição à Associação Sindical dos Conservadores dos Registos, no âmbito da tramitação da Petição n.º 310/XII/3.^a.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) deu conta da [audiência](#) concedida ao Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.^a (GOV), saudando o esforço dos serviços em elaborar e distribuir o relatório no espaço de 1h30, de modo a que este pudesse ser analisado e eventualmente tido em conta no âmbito da apresentação de propostas de alteração à iniciativa legislativa em apreço. O Senhor Presidente agradeceu a informação e subscreveu a saudação aos serviços.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) deu conta das questões suscitadas aquando da [audição](#) dos subscritores da Petição n.º 310/XII/3.^a, solicitando o contacto com o Senhor Provedor de Justiça para envio de cópia de deliberação, quando esta for tomada, sobre a exposição efetuada pela Associação Sindical, proposta aceite pela Comissão.

11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta da informação prestada à Comissão respeitante aos Mapas do Orçamento rectificativo, tendo sido deliberado agendar a fixação da redação final para a reunião da Comissão prevista para 14 de fevereiro.

Foi ainda apreciado o trabalho em curso de votação indiciária na especialidade, em sede de Grupo de Trabalho, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.^a (GOV), tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) informado que o Grupo Parlamentar do PSD daria a sua anuência a que o GT reunisse durante o dia de 21 de fevereiro, e que o mesmo deveria funcionar ainda que sem a presença de todas as bancadas.

A reunião foi encerrada às 14:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Hugo Velosa
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos